

# MODELO DE BOLSONARO

**SISTEMA DE APOSENTADORIAS** baseado em capitalização é inspiração para equipe do futuro governo federal, mas, hoje, quase a totalidade de beneficiários chilenos recebe pouco mais de metade do salário mínimo, o que levanta críticas

LEONARDO VIECELI

leonardo.vieceli@zerohora.com.br

Embora esteja cercado de incertezas, o projeto de reforma da Previdência do futuro governo de Jair Bolsonaro (PSL) encontra inspiração no Chile. Por lá, o sistema de aposentadorias em vigor é o de capitalização, no qual os trabalhadores fazem depósitos em contas individuais para obter seus próprios benefícios. O modelo desperta a simpatia do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, guru do presidente eleito, mas sofre contestações internas. Depois de setores da população chilena protestarem contra valores reduzidos de aposentadorias, o governo local apresentou proposta de ajustes, que deve ser encaminhada ao Congresso até o fim do mês.

Na semana passada, Guedes disse que o projeto de capitalização no Brasil seria similar ao do país andino e sinalizou que a iniciativa seria voltada para as próximas gerações. Hoje, o modelo de aposentadorias em vigor no Brasil é o de repartição. Nesse sistema, além da contribuição de empresas, os trabalhadores que estão na ativa têm parte do salário recolhida pelo governo para o pagamento dos benefícios daqueles que se retiraram do mercado. Ou seja, uma geração financia a aposentadoria da outra.

No modelo de capitalização chileno, os trabalhadores depositam parcelas equivalentes a 10% de seus salários em contas individuais, as administradoras privadas de fundos de pensão (AFPs). O dinheiro é aplicado ao longo dos anos por essas instituições no mercado financeiro, na tentativa de elevar o valor dos benefícios. Por lá, também há definição de idade mínima para alcançar a aposentadoria: 60 anos para mulheres e 65 para homens.

O sistema chileno foi criado em 1981, em meio a reformas liberais promovidas pelo governo do ditador Augusto Pinochet. Três décadas depois, ao formar as primeiras gerações de aposentados, é alvo de críticas, evidenciadas em recorrentes protestos de rua. Segundo analistas, em períodos de dificuldades no mercado de trabalho local, houve quem rumou para atividades informais ou simplesmente não conseguiu poupar. Com isso, o valor acumulado

para os benefícios ficou reduzido.

Conforme a Fundação Sol, organização chilena que analisa indicadores econômicos, 90,9% dos aposentados recebiam em 2015 menos de 149,4 mil pesos (cerca de R\$ 800, em valores atuais). A marca correspondia à época a 66% do salário mínimo, que foi reajustado neste ano para 288 mil pesos (em torno de R\$ 1,5 mil).

Diante de protestos populares, o governo de centro-direita do presidente Sebastian Piñera apresentou na semana passada projeto que busca fazer com que empregadores também recolham alíquota de 4% sobre a folha de pagamento dos funcionários. Assim, a contribuição total de cada trabalhador passaria para 14%. Hoje, as companhias e o Estado não têm participação no benefício.

## PLANO FALA EM MUDANÇA "PAULATINA" E EM FUNDO

Segundo especialistas, um dos principais desafios para a formação de um regime de capitalização no Brasil é o custo de transição. Isso significa que o país teria dificuldades para fazer o pagamento dos benefícios de quem dependesse da contribuição de gerações posteriores, já que essas poderiam ser incluídas no modelo de contas individuais.

– A migração do sistema de repartição para o de capitalização teria de ser parcial, mas, mesmo assim, custaria muito – avalia o economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos, especialista em finanças públicas.

O plano de governo de Bolsonaro afirma que a intenção é instalar “paulatinamente” o novo modelo. O documento reconhece que, “obviamente”, a transição de um regime para o outro causaria “problema de insuficiência de recursos, na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização”. Sem dar detalhes, o plano ainda menciona que seria criado um fundo para compensar a redução nas contribuições.

– Não se explicita as fontes para financiar o custo dessa transição. Em momento de crise fiscal, não vou dizer que seja impossível, mas fica mais difícil financiá-la – frisa o pesquisador Rogério Nagamine Costanzi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.



População vai às ruas de Santiago com frequência para protestar contra as administradoras, chamadas de AFPs

## ENTREVISTA

GUILLERMO LARRAÍN  
Economista

“É crucial dispor de proteção para os mais desfavorecidos”



Professor da Universidade do Chile, o economista Guillermo Larraín foi um dos responsáveis pelo desenho da reforma do sistema local em 2008, que criou pilar estatal para atender a grupos mais desfavorecidos da população. Confira principais trechos da entrevista por e-mail a ZH.

### Qual sua avaliação sobre a Previdência chilena?

É um sistema baseado na poupança que resulta da contribuição obrigatória dos trabalhadores do setor formal. Nesse sentido, reflete a situação do mercado de trabalho. É um sistema que, quando criado, era único e, por isso, teve erros de desenho, que puderam ser corrigidos por países que adotaram modelos similares posteriormente. Quando se fala de sistema de aposentadorias no Chile, é necessário dizer que não se trata apenas do sistema das AFPs (administradoras privadas de fundos de pensão).

Um sistema de poupança forçada não brinda com uma solução satisfatória os trabalhadores vulneráveis em empresas informais ou profissionais independentes. Por isso o modelo considera, desde 2008, um pilar solidário, que se financia com aportes do Estado para pagar aposentadorias básicas. É um sistema que segue incompleto, porque faltam mecanismos complementares de financiamento das aposentadorias e de gestão de investimentos. É crucial que maximize a transparência e que promova a prestação de contas e a competição.

# EM REVISÃO NO CHILE



CLAUDIO REYES, AFP

## Previdência em comparação

### BRASIL

**Tipo de sistema:** repartição

**Como funciona:** os trabalhadores que estão na ativa têm parte do salário recolhida pelo governo para pagamento da aposentadoria daqueles que se retiraram do mercado. Ou seja, uma geração financia os benefícios da outra.

**Quem paga:** Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vinculado ao governo federal.

**Contribuição:** as alíquotas variam de 8% a 11% do salário de cada trabalhador. Empregadores também contribuem – dependendo do setor, a taxa pode chegar a 20% da folha de pagamento. Cabe ao governo cobrir eventual déficit – em 2017, o resultado negativo chegou a

**R\$ 268,8 bilhões**

**Valor dos benefícios:** o piso é de um salário mínimo,

**R\$ 954,**  
e o teto chega a

**R\$ 5.645,80**

### CHILE

**Tipo de sistema:** capitalização

**Como funciona:** trabalhadores depositam parcelas equivalentes a 10% de seus salários em contas individuais para financiar suas próprias aposentadorias.

**Quem paga:** administradoras de fundos de pensão (AFPs), que são organizações privadas.

**Contribuição:** apenas os trabalhadores colaboram com os 10% de seus salários. Empregadores e governo não contribuem. O que se discute hoje no país é uma proposta do presidente Sebastián Piñera que busca instituir colaboração das empresas, de 4% sobre os salários. Em 2008, o governo também havia criado pilar de repartição em separado, financiado pelo Estado, para auxiliar apenas quem está abaixo do nível de pobreza.

**Valor dos benefícios:** segundo a Fundação Sol, 90,9% dos aposentados recebiam menos de

**149,4 mil pesos**

em 2015, marca equivalente à época a 66% do salário mínimo, que foi reajustado neste ano para

**288 mil pesos**

(cerca de R\$ 1,5 mil).

## Paulo Guedes acompanhou criação na gestão Pinochet

Desde que foi lançado, em 1981, o sistema de capitalização previdenciário chileno passou por uma primeira reforma. Em 2008, o governo socialista de Michelle Bachelet criou um fundo estatal para garantir pensões básicas a quem não conseguiu poupar durante a vida laboral, como trabalhadores que exerceram atividades informais. A iniciativa ficou conhecida como espécie de pilar solidário do modelo chileno.

– Foi um ajuste complementar, voltado a pessoas que não tinham acesso a aposentadorias. Apesar dessa mudança, dizer que o sistema chileno deu errado é exagero. Do ponto de vista de sustentabilidade fiscal, está ok. Mas há demanda por ajustes – pontua o pesquisador Rogério Nagamine Costanzi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

A atual proposta de reforma chilena, além de buscar instituir a contribuição de empresas para a aposentadoria dos funcionários, também pretende ampliar o número de administradoras privadas de fundos de pensão (AFPs). A medida, segundo analistas, pode aumentar a competição entre as entidades privadas.

A simpatia do economista Paulo Guedes pelo sistema chileno guarda relação histórica. Durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet, o guru do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) deu aulas na Universidade do Chile. De perto, assistiu às reformas promovidas no país, comandadas pelos “Chicago Boys” – economistas de viés liberal que estudaram na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, por onde Guedes também passou.

– Antes da capitalização, o modelo previdenciário do Chile também era de repartição, como no Brasil. Naquele momento, a população estava muito menos envelhecida do que a do Brasil agora – aponta Nagamine.

Ao lado dos EUA e de Israel, o Chile será um dos destinos das primeiras viagens internacionais de Bolsonaro como presidente, conforme o deputado federal reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS), indicado para assumir a chefia da Casa Civil do governo eleito. No dia 28, após a vitória do capitão da reserva no segundo turno, o presidente chileno, Sebastian Piñera, parabenizou o futuro colega brasileiro.

## Proposta de Temer tem maior contribuição e idade mínima

O texto da reforma da Previdência do governo de Michel Temer (MDB) encara resistências dentro do Congresso desde que foi apresentado, em 2016. Na semana passada, tanto o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) quanto o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defenderam a aprovação de ao menos uma parte do projeto ainda neste ano. Por trás disso está a tentativa de tranquilizar o mercado financeiro e garantir alívio às contas públicas.

Por causa das dificuldades encontradas no Congresso, o governo Temer promoveu alterações no texto inicial. O projeto original tinha estimativa de R\$ 800 bilhões de economia em 10 anos, mas, devido a mudanças ao longo das negociações, a quantia caiu para cerca de R\$ 480 bilhões. A proposta foi engavetada em fevereiro deste ano, após o governo decretar intervenção federal no Rio de Janeiro – é proibida a votação de proposta de emenda à Constituição

(PEC) enquanto a medida estiver em vigor no país.

Entre seus principais pontos, a reforma proposta por Temer prevê idade mínima para aposentadoria, que seria elevada gradualmente até 65 anos para homens e 62 para mulheres. O texto também estipula que, para receber o valor integral do benefício, seria preciso somar 40 anos de contribuição.

– A proposta original teria economia maior do que a última, mas é melhor do que nada. Para ser aprovada, há custos políticos envolvidos – sublinha o pesquisador Marcel Balassiano, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Por se tratar de PEC, a reforma da Previdência precisaria do apoio de pelo menos 308 dos 513 deputados, em duas votações, para avançar. O texto também necessitaria da chancela de 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Parlamentares reafirmaram que a proposta não tem chance de ser aprovada.

### O que a proposta de reforma atual representa para o país?

É uma nova reforma que mantém a mesma estrutura. Não há inovação. Sobe-se a taxa de contribuição de 10% para 14%, com a participação do empregador. Abre-se maior competição, mas as novas administradoras (dos recursos depositados pelos trabalhadores) devem cumprir os mesmos requisitos que as AFPs e, por isso, ficam excluídas de investir em certos ativos.

### Qual sua avaliação?

É necessário porque as aposentadorias são muito baixas para o padrão de vida dos trabalhadores antigos. No entanto, a reforma não resolve o problema.

### Pode melhorar essa situação?

Pode corrigir coisas, mas em prazo longo e na medida em que não coincida com algum outro grande choque (na economia).

**O senhor já mencionou que as aposentadorias dos chilenos alcançavam até 63% do valor de seus salários. Haveria pessoas com menos de 40%. Os percentuais continuam os mesmos?**

Sim. As aposentadorias, em média, são baixas.

### Por que isso ocorre?

As aposentadorias atuais refletem choques passados (da economia). As gerações que estão se aposentando agora – e nos próximos 10 anos – são marcadas pela crise de 1982, na qual o PIB (Produto Interno Bruto) caiu 17%.

**A imprensa chilena reporta críticas de parte da população local em relação aos fundos de pensão do país. Qual sua opinião sobre o assunto: houve má administração ou alguma irregularidade nessas organizações?**

Não são conhecidas irregularidades que tenham significado perdidas aos fundos de pensão. Há críticas porque os trabalhadores não têm representação nem voz em nenhum aspecto de gestão, e isso levanta suspeitas. No geral, houve gestão adequada.

**É possível adaptar um sistema de aposentadorias a exemplo do chileno no Brasil?**

Pode ser adaptado para ser parte de um sistema maior, mas não pode existir sozinho como no caso do Chile. É crucial que o modelo seja coerente com o mercado de trabalho e disponha de elementos de proteção para os setores mais desfavorecidos.